



Congresso inicia hoje semana decisiva para a CPI da Petrobras

Jonas Pereira/Agência Senado



Entre Romero Jucá e Jorge Viana, Renan Calheiros preside sessão do Senado. Ele deverá responder a pedido de explicações de ministra do Supremo Tribunal Federal

STF pede informações a Renan e comissões ouvem presidente da estatal. Deputados querem participar da investigação

Supremo solicitou manifestação do presidente do Senado sobre pedidos da oposição, para que CPI seja exclusiva, e de governistas, para incluir cartel em São Paulo e porto de Pernambuco. Amanhã a presidente da Petrobras, Graça Foster, será ouvida em comissões e pedidos de CPI mista devem ser lidos em Plenário. **3**

ACONTECEU NO SENADO

Projeto que simplifica visto é aprovado e vai à sanção

Iniciativa que visa estimular o turismo no Brasil foi um dos destaques da semana passada, assim como a aposentadoria

especial para pescadores e a criação da residência pedagógica para professores, propostas que seguem para a Câmara. **4**

Consultor do Senado é indicado ao TCU pelo PMDB **2**

Acordo deve permitir votação de vetos amanhã pelo Congresso **3**

Subcomissão debate a Operação Condor

A Subcomissão da Verdade ouviu hoje, em audiência interativa, ex-presos políticos no Chile. Eles falam sobre tortura e ações

ilegais da polícia política do Brasil no golpe que depôs Salvador Allende em 1973 e que podem ter iniciado a Operação Condor. **4**



Domínio Público

Chile, 11 de setembro de 1973: bombardeio do Palácio de la Moneda, em Santiago, durante golpe liderado por Pinochet

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de Lei do Senado



Secom — Criação e Marketing

Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/agoraelei



PMDB indica consultor do Senado para o TCU

Formado em Direito, Bruno Dantas trabalha na Casa desde 2003 e na terça-feira será confirmado como indicação para o cargo de ministro da Corte de fiscalização, após desistência do senador Gim

O LÍDER DO PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), confirmou na sexta-feira que a bancada do partido reúne-se amanhã para confirmar a indicação do consultor legislativo do Senado Bruno Dantas para concorrer ao cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

— É um técnico da Casa, será bom para o funcionalismo. Foi integrante do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça — disse Eunício.

Dantas é consultor de direito civil e processo civil do Senado desde 2003 e foi consultor-geral legislativo de abril de 2007 a julho de 2011. É graduado em Direito, com especialização em Direito Civil e mestrado e doutorado em Direito Processual Civil.

No início da semana passada, o senador Gim (PTB-DF) foi indicado por líderes governistas para ocupar a vaga de ministro do TCU decorrente da aposentadoria de Valmir Campelo. Mas Gim desistiu de concorrer ao cargo depois de protestos da oposição e de servidores do TCU.



Eunício explica que o indicado tem experiência em órgãos públicos

Em seguida, a oposição indicou o consultor legislativo do Senado Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt para a vaga. Moutinho é especializado na área de orçamento e, segundo Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), trata-se de um candidato que reúne as condições para ser ministro do TCU, porque tem reputação ilibada e conhecimento profundo do setor.

Prestações de contas

Órgão auxiliar do Congresso Nacional, o TCU tem sede em Brasília e é composto por nove ministros. Cabe ao tribunal ajudar o Congresso na tarefa

constitucional de fiscalização do governo federal, principalmente no julgamento das prestações de contas anuais do governo.

Para integrar o TCU, o cidadão brasileiro precisa ter entre 35 e 65 anos de idade; idoneidade moral e reputação ilibada; notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; e mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija tais conhecimentos.

Três dos ministros do TCU são indicados pela Presidência da República, com aprovação do Senado, entre auditores e integrantes do Ministério Público, a partir de uma lista tríplice elaborada pelo próprio TCU. Os outros seis são escolhidos pelo Congresso Nacional — três pela Câmara e três pelo Senado.

Os ministros do TCU têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), inclusive a vitaliciedade do cargo.

Sessão celebra Campanha da Fraternidade

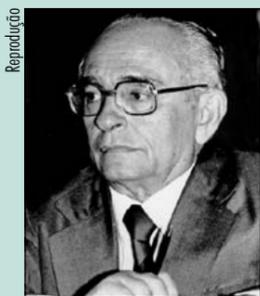
O Senado realizará sessão especial, amanhã, às 12h, para celebrar a Campanha da Fraternidade de 2014, que trata do tráfico humano. O primeiro proponente da solenidade foi Paulo Davim (PV-RN), que foi membro titular da CPI do Tráfico

de Pessoas, realizada entre abril e dezembro de 2012.

A campanha da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), lançada em 5 de março, destaca a conexão do crime de tráfico de pessoas com outras formas de violação

aos direitos da pessoa: exploração sexual, trabalho escravo e infantil, tráfico de órgãos, sequestros, adoção ilegal e até assassinatos.

A CNBB realiza a Campanha da Fraternidade no Brasil desde 1964.



Correção

Em duas matérias publicadas nos dias 28 de março e 10 de abril, o **Jornal do Senado** utilizou, equivocadamente, foto do ex-senador Virgílio Távora (E) para identificar o também ex-senador Filinto Müller (D). Aos leitores, nossas desculpas.



AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Discursos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

SUBCOMISSÃO DA VERDADE Debate

9h A Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça promove audiência pública interativa para apurar ações ilegais da polícia política brasileira durante a ditadura chilena e identificar os policiais que estiveram no Estádio Nacional de Santiago — transformado em campo de detenção de prisioneiros políticos. Participam da audiência ex-presos políticos, como o professor da UnB Nielsen de Paula Pires.

CI Educação e qualificação profissional

18h A Comissão de Infraestrutura vai debater a escassez de mão de obra e a importância da educação na qualificação profissional dentro do ciclo de debates sobre gestão logística no país.

TERÇA

CCJ Código Penal

9h Audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para instrução do projeto que trata da reforma do Código Penal.

CCT Pedido de patente

9h Na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia, projeto que estipula prazo de 180 dias para exame de pedido de patente.

CAE/CMA Graça Foster

10h Em audiência pública das Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, a presidente da Petrobras, Graça Foster, deve falar a sobre a compra da refinaria de Pasadena, nos EUA.

CDH/CAS Pesquisa do Ipea

11h A jornalista Nana Queiroz, idealizadora da campanha Eu Não Mereço Ser Estuprada, participa de audiência pública das Comissões de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais sobre a repercussão da pesquisa do Ipea sobre estupro.

PLENÁRIO Campanha da Fraternidade

12h Sessão especial marca lançamento da Campanha da Fraternidade de 2014, com o tema "Fraternidade e tráfico humano", da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CCT/CCJ/CMA Marco Civil da Internet

14h As Comissões de Ciência e Tecnologia, de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente promovem a segunda audiência pública para debater o Marco Civil da Internet. A audiência é interativa, pelo Portal e-Cidadania e pelo Alô Senado.

CONGRESSO Análise de vetos

19h Reunião do Congresso para apreciação de vetos presidenciais. O primeiro item da pauta é o veto total a projeto de criação de municípios.

QUARTA

CI Fórum de Infraestrutura

7h30 Votação do relatório do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura. A Comissão de Infraestrutura também analisa a desoneração do PIS-Pasep e da Cofins para o transporte urbano intermunicipal.

CAS Diretores para Anvisa e ANS

9h A Comissão de Assuntos Sociais examina indicação de diretores para a Anvisa e a ANS. Ainda na pauta, isenção do IR de gastos com cuidador de idosos e sistemas de água da chuva em condomínios.

CCJ Crime de vandalismo

10h Com 40 itens na pauta, a Comissão de Constituição e Justiça avalia proposta que tipifica como crime de vandalismo a promoção de atos coletivos de destruição, dano ou incêndio em imóveis, equipamentos urbanos, instalações e veículos de transporte de passageiros e monumentos.

CDH Reservistas na PM de Goiás

11h A Comissão de Direitos Humanos vai debater a contratação temporária de reservistas do Exército para atividades exclusivas da Polícia Militar de Goiás, em detrimento de concursados.

DESENVOLVIMENTO URBANO Bicicleta

14h30 O presidente da Associação Brasileira do Setor de Bicycles — Aliança Bike, Marcelo Maciel, participa de audiência pública sobre efeitos econômicos das regras tributárias no setor de bicicletas.

CMO Ministério das Cidades

14h30 A Comissão Mista de Orçamento pode votar crédito suplementar para o Ministério das Cidades. A reunião ocorre no Plenário 2 da Câmara.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **debate da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Agência Petrobrás



A Petrobras, na opinião de senadores governistas, deve ser investigada junto com o metrô de São Paulo e o Porto de Suape

Semana curta será decisiva para a CPI da Petrobras

Requerimentos de investigações conjuntas podem ser lidos em Plenário amanhã, quando Graça Foster será ouvida. STF pede para Renan se manifestar sobre mandados de segurança impetrados por senadores

EMBORA SEJA CURTA devido ao feriado de Páscoa, esta semana será decisiva para a CPI que investigará denúncias de irregularidades na Petrobras. Amanhã o Plenário do Congresso se reunirá para votar vetos a projetos, o que cria oportunidade para serem lidos dois requerimentos que transformam em mistas duas CPIs discutidas no Senado, para participação de deputados.

Também amanhã, a presidente da Petrobras, Graça Foster, comparece a audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Na noite de sexta-feira, a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 48 horas, a partir da notificação, para que o presidente do Senado, Renan Calheiros, se manifeste sobre os mandados de segurança impetrados por senadores da oposição e go-

vernistas. A notificação pode ser entregue hoje. Com as informações, ela vai decidir os pedidos de liminares. O primeiro, da oposição, pede CPI para apurar quatro temas ligados à Petrobras — entre eles, a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), por valor superfaturado. O segundo, apresentado por Ana Rita (PT-ES), pede o arquivamento do pedido de CPI.

A oposição insiste em temas restritos à Petrobras e os aliados ao governo querem CPI ampla, para investigar também os contratos de trens e metrô de São Paulo e o Porto de Suape, em Pernambuco. Renan defendeu a CPI ampla, posição confirmada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pauta trancada

A semana começa com a pauta do Plenário trancada pela Medida Provisória 627/2013, que, na prática, precisa ser votada até quarta-feira para não perder a validade,

uma vez que o último dia de vigência é 21 de abril. Entre outros temas, a MP muda a cobrança de tributos sobre os lucros de empresas brasileiras resultantes de operações de subsidiárias no exterior.

A maior polêmica sobre a medida deve ser a mudança na forma de aplicação de multas às operadoras de plano de saúde. Pelas regras atuais, as operadoras devem pagar à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) multas que variam de R\$ 5 mil a R\$ 1 milhão por infração. Alterado pelo relator da MP na Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o texto determina que até 31 de dezembro deste ano, no caso de infrações da mesma natureza, será considerada apenas a multa de maior valor. Além disso, se houver de 2 a 50 multas iguais, serão cobradas 2 multas. Se forem de 51 a 100 infrações, a cobrança será de 4 multas. Acima de 1.000 infrações, serão cobradas 20 multas.

Acordo pode viabilizar votação de vetos no Congresso amanhã

O Congresso se reúne amanhã para apreciação de vetos presidenciais. Já há duas sessões o primeiro item da pauta é o veto total ao projeto que estabelece regras para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. Um acordo pode viabilizar a votação.

O argumento da presidente Dilma para vetar a proposta (PLS 98/2002 — Complementar) foi de que a criação de municípios pode gerar despesas sem criação de novas receitas, impactando negativamente na sustentabilidade fiscal e estabilidade macroeconômica.

O acordo entre governo e parlamentares resultou na apresentação, no fim de março, de um novo projeto, mais moderado nos incentivos à criação e desmembramento de municípios e com estímulos a fusões e incorporações, como queria a Presidência. O PLS 104/2014 tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), já com parecer favorável do relator Valdir Raupp (PMDB-RO), e deve ser votado nesta semana. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), autor tanto do projeto vetado como do novo texto, apresentou requerimento de

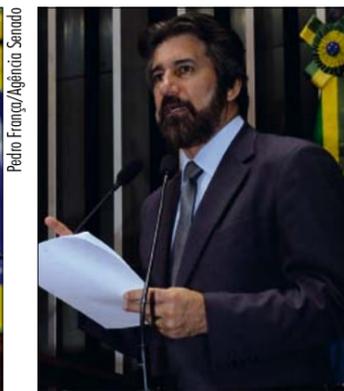
urgência para a tramitação. A expectativa é de que o veto possa ser mantido e a pauta do Congresso apreciada em seus demais itens.

— Nossa intenção é votar os vetos nesta terça-feira. Estamos trabalhando para isso — garantiu o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE).

Minirreforma

Há outros 11 vetos a serem votados. Entre eles está o da minirreforma eleitoral que excluiu artigo do PLS 441/2012 que previa a proibição da pintura ou afixação de faixas de propaganda política em casas e muros. O veto deve ser mantido. Há acordo também para a manutenção do veto ao projeto que regulamentou a profissão de motorista de ambulância (PLC 105/2012). A regulamentação se dará por meio de medida provisória.

Na pauta, estão ainda o veto parcial ao PLS 188/2007, que regulamentou o benefício da meia-entrada, e os vetos totais ao PLC 31/2012, que obriga a pintura de faixas de pedestre nas proximidades de escola, e ao PLC 323/2009, que cria conselhos federais e regionais de zootecnia, entre outros.



Projeto de Mozarildo (E) tem parecer favorável do relator, Valdir Raupp

Regras de segurança para boates devem ficar mais rígidas

O Senado começará a analisar nos próximos dias proposta que cria regras mais rígidas de segurança para casas de espetáculos, boates e shows. O texto foi aprovado na quinta-feira pela Câmara dos Deputados e, segundo a Secretaria-Geral da Mesa, deverá chegar ao Senado nesta semana, quando serão definidas as comissões de mérito que emitirão parecer sobre o projeto.

A proposta, da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), incorporou o resultado do trabalho das comissões externas da Câmara e do Senado que acompanharam a investigação do incêndio na Boate Kiss, na cidade de Santa Maria (RS), onde morreram 242 pessoas e outras 116 ficaram feridas, em janeiro de 2013.

Várias pessoas foram impedidas de sair no começo do

incêndio porque não tinham pago as comandas de consumo. Por isso, o projeto a ser votado proíbe o uso de comandas e cartões em boates, discotecas e danceterias.

A proposta se limita à competência legislativa federal no tema. Concessão de alvarás é da alçada municipal, e regras para prevenção e combate a

incêndios são de competência estadual. Mesmo assim, o projeto é abrangente: propõe alterações no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), no Código Civil (Lei 10.406/2002) e na lei de sanções aplicáveis a agentes públicos em casos de improbidade (Lei 8.429/1992).

O texto procura integrar a

ação de prefeituras e corpos de bombeiros na prevenção e combate a incêndio e a desastres e explicita as responsabilidades.

O projeto ainda torna crime, com penas de detenção de seis meses a dois anos, a permissão de ingresso de pessoas em número maior que a lotação especificada e

o descumprimento de determinações quanto à prevenção e ao combate a incêndio e desastres.

O processo de aprovação de uma construção, instalação ou reforma deverá observar ainda a legislação estadual sobre o tema, as condições de acesso exigidas para operações de socorro e retirada de vítimas e a prioridade para uso de sistemas preventivos automáticos de combate a incêndio.

Todas as normas especiais a serem editadas pelos municípios sobre prevenção e combate a incêndio e a desastres devem ser seguidas pelos estabelecimentos e locais com ocupação simultânea de 100 pessoas ou mais. Isso vale ainda para reuniões, shows e outros eventos culturais a céu aberto.

(Com Agência Câmara)



Vigília em homenagem às vítimas da boate Kiss: tragédia de Santa Maria (RS) matou 242 pessoas e deixou outras 116 feridas

Operação Condor será tema de debate hoje

Presos torturados por agentes brasileiros no Chile, nos anos 70, falam no Senado. Para Capiberibe, episódio revela início da cooperação entre ditaduras sul-americanas

A SUBCOMISSÃO PERMANENTE da Memória, Verdade e Justiça do Senado fará hoje audiência pública interativa para esclarecer ações ilegais de integrantes da polícia política brasileira durante o golpe militar que depôs o presidente chileno Salvador Allende.

Os senadores vão tentar identificar também os agentes que clandestinamente estiveram no Estádio Nacional do Chile, local transformado em campo de concentração de prisioneiros políticos.

O presidente da subcomissão, senador João Capiberibe (PSB-AP), que pediu a audiência, lembrou que, no início dos anos 70, o Chile era o último reduto da democracia na América Latina e para lá foram muitos perseguidos políticos de países vizinhos.

Após o golpe de 1973, uma das primeiras providências dos militares foi perseguir estrangeiros, que passaram a ser considerados inimigos do regime. “Os brasileiros foram torturados pela polícia chilena e, aproximadamente um mês mais tarde, foram torturados pela polícia política brasileira nas



Senador quer discutir ação da polícia política brasileira no Chile

dependências do Estádio Nacional”, explicou o senador.

Capiberibe disse que a subcomissão não pode ficar indiferente a “esses episódios em que brasileiros torturaram brasileiros sob os auspícios da ditadura chilena”.

Para o parlamentar, a atividade dos agentes brasileiros no Chile é o embrião da Operação Condor — cooperação político-militar das ditaduras sul-americanas nos anos 70 para reprimir opositores.

Foram convidados para a reunião cinco ex-presos políticos, vítimas de tortura: Tomás Togni Tarquinio, Ubiramar Peixoto de Oliveira, Nielsen de Paula Pires, Vitorio Sorotiuk e Otto Brockes.

Instalada em abril do ano passado, a subcomissão é ligada à Comissão de Direitos Humanos (CDH). Seu objetivo é resgatar os fatos ocorridos durante o regime militar (1964-1985) e contribuir para a Comissão Nacional da Verdade, que funciona no âmbito do Poder Executivo.

A audiência pública de hoje está marcada para as 9h, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, no Senado. O público terá à disposição uma série de canais para entrar em contato e encaminhar perguntas aos senadores e convidados (veja quadro).

PARTICIPE ÀS 9h

► **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania

► **Tempo real:** <http://bit.ly/CDHMVJchileEC>

► **Facebook:** eCidadaniaSF

► **Twitter:** @e_cidadania #CDHSenado #Chile73

► **TV:** www.senado.leg.br/TV

► **Alô Senado:** 0800 612211

Lídice cita avanços da Colômbia

A educação pode ser o motor da transformação social que o Brasil precisa, segundo Lídice da Mata (PSB-BA). Ela citou avanços que constatou em Medellín, na Colômbia, onde esteve com Inácio Arruda (PCdoB-CE) para representar o Senado no 7º Fórum Urbano Mundial, entre os dias 5 e 11.

— Fiquei impressionada com as transformações, notadamente de como o investimento

em educação tem repercutido na inclusão social e na segurança pública.

A senadora citou ações como escola em tempo integral, alfabetização de qualidade na idade certa e a construção de bibliotecas públicas em comunidades carentes.

Ela destacou que na Colômbia existe uma única polícia, de caráter nacional. O transporte, disse ela, é baseado na intermodalidade, com metrô e ônibus.



Lídice e Inácio participam do 7º Fórum Urbano Mundial

Audiência discute qualificação



Collor, presidente da comissão, requereu a audiência pública

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) debate hoje, às 18h, a escassez de mão de obra e a importância da educação na qualificação profissional. A audiência foi requerida por Fernando Collor

(PTB-AL), presidente da CI. O assunto é definido por Collor como um dos “temas transversais” ao ciclo de debates da CI para o biênio 2013-2014, com o tema “Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país”.

ACONTECEU NO SENADO

Senado aprova projeto que simplifica visto para estrangeiros

Processo poderá ser feito pela internet, com o objetivo de atrair mais turistas

Seguiu para sanção projeto aprovado pelo Senado na terça-feira que facilita a emissão de visto de turismo para estrangeiros. A proposta (PLC 4/2014) permite o preenchimento de formulário e a emissão de documentos pela internet, reduzindo a burocracia e as dificuldades de quem deseja visitar o Brasil.

O texto também acaba com a exigência de visto de turista e de vistos temporários para quem vem em viagem de negócios, ou na condição de artista ou desportista, desde que o país de ori-

gem conceda o mesmo tratamento a brasileiros.

— Apenas 6% das pessoas que viajam pelo mundo visitam o Brasil. É pouquíssimo. Nós temos um potencial enorme — disse Jorge Viana (PT-AC), relator na Comissão de Relações

Exteriores (CRE).

O presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou a proposta:

— Teremos Copa e Olimpíadas. Qualquer iniciativa que facilite a vinda de turistas para esses eventos é muito oportuna.



Renan Calheiros elogiou o projeto de lei relatado por Jorge Viana

SEGUE PARA A CÂMARA PROPOSTA QUE DÁ APOSENTADORIA ESPECIAL A PESCADORES

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira, em turno suplementar, substitutivo que garante aposentadoria especial a pescadores e trabalhadores de atividades afins a partir dos 25 anos de contribuição previdenciária.

A proposta também assegura que o período de defeso, quando a pesca fica suspensa para garantia da re-

produção das espécies, será contado como tempo de contribuição.

O texto vai direto para a Câmara porque recebeu decisão terminativa na CAS, sem que houvesse recurso para apreciação pelo Plenário do Senado.

O substitutivo, de Benedito de Lira (PP-AL), baseou-se em dois projetos de Paulo Paim (PT-RS) que tramitavam em conjunto.

PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO DEVERÃO TER CAPACITAÇÃO PRÁTICA

Proposta que cria a residência pedagógica para professores da educação básica seguiu para a Câmara após aprovação na Comissão de Educação e Cultura (CE). Pelo projeto (PLS 284/2012), os estudantes deverão cumprir pelo menos 1,6 mil horas após a formação inicial e terão direito a bolsa de estudo.

LEILÃO PARA 4G PODE SER SUSPENSO DEVIDO A INTERFERÊNCIA EM TV

O Conselho de Comunicação do Congresso aprovou pedido para que a consulta pública do uso da faixa de 700 MHz pela banda larga 4G seja suspensa até a conclusão de estudo sobre interferência em TVs analógicas. O leilão está previsto para agosto.

INDICAÇÕES PARA TRÊS EMBAIXADAS PASSAM EM COMISSÃO

Três indicações para embaixadas foram aprovadas pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) na quinta-feira e seguem para Plenário: Paulo Cesar Meira de Vasconcellos (Emirados Árabes), José Mauro da Fonseca Costa Couto (Sudão) e Sergio Elias Couri (Santa Lúcia).

RENAN, ALVES E CARDOZO APOIAM PROJETO CONTRA VANDALISMO

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (foto), reuniu-se na quinta-feira com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, para pedir que projeto (PLS 508/2013) contra vandalismo em manifestações seja aprovado antes da Copa. Relator na Comissão de Constituição e Justiça, Pedro Taques (PDT-MT) quer votação na quarta-feira.



SENADORES QUEREM APERFEIÇOAR MARCO CIVIL DA INTERNET

Em audiência conjunta de três comissões, na quinta-feira, senadores reagiram à pressão por uma aprovação rápida do Marco Civil da Internet lembrando que o projeto (PLC 21/2014) precisa de ajustes. Após três anos na Câmara, o texto chegou ao Senado há duas semanas e recebeu 41 emendas. A maioria dos especialistas que participaram da audiência defendeu aprovação na íntegra do texto como veio da Câmara.

VEJA A SELEÇÃO DE FOTOS DA SEMANA

Das aproximadamente 7 mil fotos produzidas, a Agência Senado selecionou imagens sobre CPI da Petrobras, indicação

de Gim (PTB-DF) ao TCU e reunião com o ministro da Justiça sobre vandalismo.

<http://bit.ly/fotos7-11abr>